MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA - Campus Valença

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 1º TRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2026

Valença – BA
2026

INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

CAMPUS VALENÇA

DIRETORIA-GERAL - DG

Paulo Roberto Tavares de Souza

DIRETORIA ADMINISTRATIVA – DA

Anataliana Marques Pisciottano Lopes

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, ORÇAMENTO E FINANÇAS - DCOF

Edison Souza Lessa

EQUIPE TÉCNICA

Elaboração das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 1º Trimestre/2026

Alison Silva Ferreira

Edison Souza Lessa

Edna da Silva Hora

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO/CONTEXTO OPERACIONAL 8
2 O CAMPUS VALENÇA 8
3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 9
4 NOTAS EXPLICATIVAS 16
4.2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis 17
4.2.1 Moeda Funcional 17
4.2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa 17
4.2.3 Estoques 17
4.2.4 VPD's Pagas Antecipadamente 17
4.2.5 Imobilizado 17
4.2.6 Intangível 18
4.2.7 Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão 19
4.2.8 Passivos Circulantes e Não Circulantes 19
4.2.9 Apuração do Resultado 19
5 BALANÇO PATRIMONIAL 21
5.1 Ativo Circulante 21
5.2 Ativo Não Circulante 24
5.3 Passivo 27
5.4 Patrimônio Líquido 27
5.5 Resultado Patrimonial 29
5.6 Resultado Orçamentário 30
5.7 Resultado Financeiro 32
5.8 Fluxos de Caixa 35
6 RESTRIÇÕES 36
REFERÊNCIAS 37

LISTA DE SIGLAS

IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
MEC	Ministério da Educação
UNED	Unidade Descentralizada
CEFET-BA	Centro Federal de Educação tecnológica da Bahia
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
BP	Balanço Patrimonial
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
BO	Balanço Orçamentário
BF	Balanço Financeiro
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
MTO	Manual Técnico de Orçamento
LOA	Lei Orçamentária Anual
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
VPA	Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD	Variações Patrimoniais Diminutivas
PAAE	Programa de Assistência e Apoio ao Estudante
RMA	Relatórios de Movimentação de Almoxarifado
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
RPNP	Restos a Pagar Não Processados

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Balanço Patrimonial ……..…10
Tabela 2 – Demonstração das Variações Patrimoniais……12
Tabela 3 – Balanço Orçamentário.....……..……..13
Tabela 4 – Balanço Financeiro.....……...14
Tabela 5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa……..……...…….15
Tabela 6 – Passivo de Curto Prazo…….27
Tabela 7 – Despesas Orçamentárias.....…….…….....31
Tabela 8 – Movimentação dos Restos a Pagar……..……..32
Tabela 9 – DFC Sintética.....……..35

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características e Indicadores - Valença……8
Quadro 2 – Contratos Continuados Serviços Terceirizados……..……23
Quadro 3 – Principais Restrições Apuradas…..……..……36

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Crédito de curto prazo – Composição……..……..…22
Figura 2 – Estoques…..…..……..……...23
Figura 3 – Imobilizado – Composição……..…….....……25
Figura 4 – Patrimônio Líquido.……..…….....…….28
Figura 5 – Resultado Patrimonial do Período……..…….....……29
Figura 6 – Ingressos…….....…….…….33
Figura 7 – Dispêndios…….....…….…….34

1 APRESENTAÇÃO/CONTEXTO OPERACIONAL

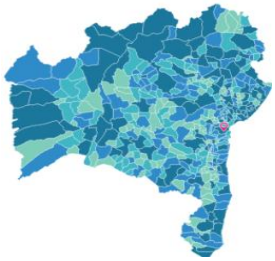
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) é uma autarquia federal, criada com outros 38 Institutos Federais no país por meio da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou a Rede Federal de Ensino Profissional, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC).

Atualmente o IFBA possui 32 unidades na Bahia, sendo uma Reitoria, vinte e dois campis em funcionamento e dois em fase de implantação, um polo de inovação, cinco centros de referência e um núcleo avançado. Presente em 113 cidades da Bahia, o que corresponde a 27% dos municípios baianos, o IFBA atua em 26 (vinte e seis) do total de 27 Territórios de Identidade do estado, atendendo indiretamente todos os municípios do estado da Bahia.

2 O CAMPUS VALENÇA

A unidade de Valença foi originada da estrutura da antiga “Escola de Pesca”, Unidade Descentralizada (Uneds) pertencente à rede do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA). Inaugurado em 1994, sua origem se deu no ano de 1993, com a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA) a partir da fusão entre a ETFBA e o Centro de Educação Tecnológica da Bahia (CENTEC).

Quadro 1- Características e Indicadores – Valença-BA – Código: 2932903



Área	1.123,975 km² [2023]
Distrito	Guaibim, Guerém, Maricoabo, Serra Grande
População	85.655 hab. [2022], (BA: 18°) – Estatísticas IBGE/2022
Densidade	76,21 hab/km² [2022]
IDH-M	0,623 médio PNUD/2010
PIB Per Capita	R$ 17.784,63 IBGE/2021

Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/valenca/panorama

O IFBA/Valença oferece ampla formação em nível técnico, tecnológico e superior para toda a microrregião de Valença, atendendo municípios como Vera Cruz, Itaparica, Nazaré, Ituberá, Taperoá, Cairu, Camamu, dentre outros.

3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Valença, referentes ao 1º trimestre do exercício de 2026, foram elaboradas com base nas informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), observando as disposições legais e normativas aplicáveis à contabilidade pública.

O conjunto de demonstrativos apresentados compreende o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), o Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Financeiro (BF) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), acompanhados das respectivas Notas Explicativas, que integram e complementam as informações evidenciadas.

No período analisado, as demonstrações refletem a execução das atividades administrativas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da Unidade Gestora, evidenciando não apenas os resultados decorrentes da execução orçamentária, mas também os efeitos de registros patrimoniais relevantes ocorridos no trimestre.

Destaca-se, nesse contexto, a ocorrência de ajustes contábeis de natureza patrimonial, especialmente relacionados à atualização de saldos de depreciação acumulada, com impacto relevante nas demonstrações do período, bem como a manutenção de saldos em contas patrimoniais que demandam avaliação e regularização, a exemplo das rubricas relacionadas a bens imóveis em andamento.

Adicionalmente, permanecem em acompanhamento situações já identificadas em exercícios anteriores, notadamente aquelas relacionadas à conciliação entre registros contábeis e patrimoniais, cujas tratativas vêm sendo conduzidas de forma contínua pela Unidade Gestora, inclusive com registros formais em processos administrativos e apontamentos em conformidade contábil.

Assim, as demonstrações apresentadas devem ser analisadas em conjunto com as Notas Explicativas, as quais detalham os principais critérios contábeis adotados, bem como os eventos relevantes e as restrições identificadas no período.

Tabela 1 – Balanço Patrimonial 1º Trimestre de 2026

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	158405 - INST. FED. DA BAHIA - CAMPUS VALENÇA
ORGÃO SUPERIOR	26427 - INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DA BAHIA
EXERCÍCIO	2026
PERÍODO	1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO	28/04/2026
VALORES EM UNIDADES DE REAL	REAIS (R$)

ATIVO	2026	AV	2025	AV	AH	PASSIVO	2026	AV	2025	AV	AH
ATIVO CIRCULANTE	**508.758,96**	**4,95%**	**448.136,64**	**3,40%**	**13,53%**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**435.043,53**	**4,23%**	**361.754,17**	**2,75%**	**20,26%**
Caixa e Equivalentes de Caixa	444.548,66	4,33%	361.754,17	2,75%	22,89%	Fornecedores e Contas a Pagar	8.629,23	0,08%	-	0,00%	-
Estoques a Curto Prazo	58.810,98	0,57%	78.958,42	0,60%	25,52%	Demais Obrigações a Curto Prazo	426.414,30	4,15%	361.754,17	2,75%	17,87%
VPDs Pagas Antecipadamente	5.399,32	0,05%	7.424,05	0,06%	27,27%						
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**9.769.643,69**	**95,05%**	**12.718.285,23**	**96,60%**	**-23,18%**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**-**	**0,00%**	**-**	**0,00%**	**0,00%**
Imobilizado	9.769.643,69	95,05%	12.718.285,23	96,60%	-23,18%						
Bens Móveis	3.062.054,39	29,79%	6.008.186,78	45,63%	-49,04%	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**9.843.359,12**	**95,77%**	**12.804.667,70**	**95,77%**	**-23,13%**
Bens Móveis	7.319.436,31	71,21%	7.278.721,25	55,28%	0,56%	**Resultados Acumulados**	**9.843.359,12**	**95,77%**	**12.804.667,70**	**95,77%**	**-23,13%**
(-) Depreciação / Amortização / Exaustão Acum. de Bens Móveis	(4.257.381,92)	-41,42%	(1.270.534,47)	-9,65%	235,09%	Resultado do Exercício	(12.292,26)	-0,12%	(942.162,36)	-7,16%	-98,70%
						Resultados de Exerc. Anteriores	12.804.667,70	124,58%	13.746.470,68	104,41%	-6,85%
Bens Imóveis	6.707.589,30	65,26%	6.710.098,45	50,96%	-0,04%	Ajustes de Exerc. Anteriores	(2.949.016,32)	-28,69%	359,38	0,00%	-
Bens Imóveis	6.752.484,34	65,70%	6.752.484,34	51,29%	0,00%						
(-) Depreciação /Amortização / Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(44.895,04)	-0,44%	(42.385,89)	-0,32%	-0,56%						
TOTAL DO ATIVO	**10.278.402,65**	**100,00%**	**13.166.421,87**	**100,00%**	**28,10%**	**TOTAL DO PASSIVO E PL**	**10.278.402,65**	**100,00%**	**13.166.421,87**	**100,00%**	**28,10%**

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO	2026	2025	PASSIVO	2026	2025
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**3.571,29**	**3.571,29**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**1.744.943,55**	**1.376.053,98**
Atos Potenciais Ativos	3.571,29	3.571,29	Atos Potenciais Passivos	1.744.943,55	1.376.053,98
Direitos Contratuais	3.571,29	3.571,29	Obrigações Contratuais	1.744.943,55	1.376.053,98
TOTAL	**3.571,29**	**3.571,29**	**TOTAL**	**1.744.943,55**	**1.376.053,98**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Não Vinculados	**-1.826.210,02**
Recursos Vinculados	**-89.570,59**
Educação	-91.523,51
Previdência Social (RPPS)	0,00
Fundos, Órgãos e Programas	1.952,92
TOTAL	**-1.915.780,61**

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO	2026	2025	PASSIVO	2026	2025
ATIVO FINANCEIRO	**444.548,66**	**361.754,17**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**2.360.329,27**	**1.882.881,01**
ATIVO PERMANENTE	**9.833.853,99**	**12.804.667,70**	**PASSIVO PERMANENTE**	**-**	**-**
			SALDO PATRIMONIAL	**7.918.073,38**	**11.283.540,86**

Fonte: SIAFI (2025, 2026).

Tabela 2 – Demonstração das Variações Patrimoniais 1º Trim. de 2026

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	158405 - INST. FED. DA BAHIA - CAMPUS VALENÇA
ORGÃO SUPERIOR	26427 - INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DA BAHIA
EXERCÍCIO	2026
PERÍODO	1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO	28/04/2026
VALORES EM UNIDADES DE REAL	REAIS (R$)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2026	2025
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**835.219,12**	**671.402,49**
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**1.279,46**	**1.303,88**
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.279,46	1.303,88
Transferências e Delegações Recebidas	**727.074,40**	**590.061,43**
Transferências Intragovernamentais	700.491,38	590.061,43
Outras Transferências e Delegações Recebidas	26.583,02	
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**106.865,26**	**79.892,18**
Ganhos com Desincorporação de Passivos	106.865,26	79.892,18
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		**145,00**
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		145,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**847.511,38**	**863.733,21**
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**804.558,99**	**858.695,64**
Uso de Material de Consumo	164.412,95	115.092,92
Serviços	616.380,10	559.261,82
Depreciação, Amortização e Exaustão	23.765,94	184.340,90
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		**51,18**
Juros e Encargos de Mora		51,18
Transferências e Delegações Concedidas	**29.749,80**	**145,00**
Transferências Intragovernamentais	1.175,46	145,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	28.574,34	
Tributárias	**2.118,59**	**1.441,39**
Contribuições	2.118,59	1.441,39
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**11.084,00**	**3.400,00**
Incentivos	11.084,00	3.400,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**(12.292,26)**	**(192.330,72)**

Fonte: SIAFI (2025, 2026).

Tabela 3 – Balanço Orçamentário 1º Trimestre de 2026

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	158405 - INST. FED. DA BAHIA - CAMPUS VALENÇA
ORGÃO SUPERIOR	26427 - INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DA BAHIA
EXERCÍCIO	2026
PERÍODO	1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO	28/04/2026
VALORES EM UNIDADES DE REAL	REAIS (R$)

RECEITA

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes				
Receitas de Capital				
Subtotal das Receitas				
Refinanciamento				
Subtotal com Refinanciamento				
Déficit			**1.202.114,41**	**1.202.114,41**
Total			**1.202.114,41**	**1.202.114,41**
Créditos Adicionais Abertos				

DESPESA

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo Da Dotação
DESPESAS CORRENTES			**802.114,41**	**437.452,50**	**386.408,33**	**-802.114,41**
Outras Despesas Correntes			802.114,41	437.452,50	386.408,33	-802.114,41
DESPESAS DE CAPITAL			**400.000,00**			**-400.000,00**
Investimentos			400.000,00			-400.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS			**1.202.114,41**	**437.452,50**	**386.408,33**	**-1.202.114,41**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO			**1.202.114,41**	**437.452,50**	**386.408,33**	**-1.202.114,41**
TOTAL			**1.202.114,41**	**437.452,50**	**386.408,33**	**-1.202.114,41**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES	**150.453,71**	**703.832,64**	**334.370,97**	**322.133,55**		**532.152,80**
Outras Despesas Correntes	150.453,71	703.832,64	334.370,97	322.133,55		532.152,80
DESPESAS DE CAPITAL		**666.840,49**	**26.132,04**	**24.880,61**		**641.959,88**
Investimentos		666.840,49	26.132,04	24.880,61		641.959,88
TOTAL	**150.453,71**	**1.370.673,13**	**360.503,01**	**347.014,16**		**1.174.112,68**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		**57.262,57**	**57.262,57**		
Outras Despesas Correntes		57.262,57	57.262,57		
DESPESAS DE CAPITAL		**4.320,52**	**4.320,52**		
Investimentos		4.320,52	4.320,52		
TOTAL		**61.583,09**	**61.583,09**		

Fonte: SIAFI (2025, 2026).

Tabela 4 – Balanço Financeiro 1º Trimestre de 2026

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	158405 - INST. FED. DA BAHIA - CAMPUS VALENÇA
ORGÃO SUPERIOR	26427 - INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DA BAHIA
EXERCÍCIO	2026
PERÍODO	1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO	28/04/2026
VALORES EM UNIDADES DE REAL	REAIS (R$)

INGRESSOS						DISPÊNDIOS					
ESPECIFICAÇÃO	**2026**	**AV**	**2025**	**AV**	**AH**	**ESPECIFICAÇÃO**	**2026**	**AV**	**2025**	**AV**	**AH**
Receitas Orçamentárias						**Despesas Orçamentárias**	**1.202.114,41**	**58,46**	**750.517,31**	**55,69**	**60,17**
Transferências Financeiras Recebidas	**700.491,38**	**34,06**	**590.061,43**	**43,78**	**18,71**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**1.175,46**	**0,06**	**145,00**	**0,01**	**710,66**
Resultantes da Execução Orçamentária	383.110,91	18,63	218.662,36	18,63	75,21	Independentes da Execução Orçamentária	1.175,46	0,06	145,00	0,01	710,66
Sub-repasse Recebido	383.110,91	18,63	218.662,36	18,63	75,21	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.175,46	0,06	145,00	0,01	710,66
Independentes da Execução Orçamentária	317.380,47	15,43	371.399,07	15,43	-14,54						
Transferências Rec. para Pagamento de RP	316.557,64	15,39	371.157,35	15,39	-14,71						
Movimentação de Saldos Patrimoniais	822,83	0,04	241,72	0,04	240,41						
Recebimentos Extraorçamentários	**994.190,23**	**48,35**	**670.037,08**	**48,35**	**48,38**	**Pagamentos Extraorçamentários**	**408.597,25**	**19,87**	**415.657,85**	30,84	**-1,70**
Inscrição de Restos a Pagar Processados	51.044,17	2,48	75.782,98	2,48	-32,64	Pgto. de Restos a Pagar Processados	61.583,09	2,99	65.657,97	4,87	-6,21
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	764.661,91	37,18	432.531,56	37,18	76,79	Pgto. de Restos a Pagar Não Processados	347.014,16	16,87	349.999,88	25,97	-0,85
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	58.247,07	2,83	42.907,54	2,83	35,75						
Outros Recebimentos Extraorçamentários	120.237,08	5,85	118.815,00	5,85	1,20						
Passivos Transferidos	118.957,62	5,78	117.366,12	5,78	1,36						
Arrecadação de Outra Unidade	1.279,46	0,06	1.448,88	0,06	-11,69						
Saldo do Exercício Anterior	**361.754,17**	**17,59**	**87.586,70**	**17,59**	**313,02**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**444.548,66**	**21,62**	**181.365,05**	**13,46**	**145,11**
Caixa e Equivalentes de Caixa	361.754,17	17,59	87.586,70	17,59	313,02	Caixa e Equivalentes de Caixa	444.548,66	21,62	181.365,05	13,46	145,11
TOTAL	**2.056.435,78**	**100,00**	**1.347.685,21**	**100,00**	**52,59**	**TOTAL**	**2.056.435,78**	**100,00**	**1.347.685,21**	**100,00**	**52,59**

Fonte: SIAFI (2025, 2026).

Tabela 5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa 1º Trimestre de 2026

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	158405 - INST. FED. DA BAHIA - CAMPUS VALENÇA
ORGÃO SUPERIOR	26427 - INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DA BAHIA
EXERCÍCIO	2026
PERÍODO	1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO	28/04/2026
VALORES EM UNIDADES DE REAL	REAIS (R$)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	2026	2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**111.995,62**	**94.216,35**
Ingressos Operacionais	**878.975,53**	**751.783,97**
Outros Ingressos Operacionais	**878.975,53**	**751.783,97**
Ingressos Extraorçamentários	58.247,07	42.907,54
Passivos Transferidos	118.957,62	117.366,12
Transferências Financeiras Recebidas	700.491,38	590.061,43
Arrecadação de Outra Unidade	1.279,46	1.448,88
Desembolsos Operacionais	**-766.979,91**	**-657.567,62**
Pessoal e Demais Despesas	**-765.804,45**	**-657.422,62**
Educação	-765.804,45	-657.422,62
Outros Desembolsos Operacionais	**-1.175,46**	**-145,00**
Transferências Financeiras Concedidas	-1.175,46	-145,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-29.201,13**	**-438,00**
Ingressos de Investimento		
Desembolsos de Investimento	**-29.201,13**	**-438,00**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-29.201,13**	**-438,00**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos de Financiamento		
Desembolsos de Financiamento		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**82.794,49**	**93.778,35**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**361.754,17**	**87.586,70**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**444.548,66**	**181.365,05**

Fonte: SIAFI (2025, 2026).

4 NOTAS EXPLICATIVAS

4.1 Base de Preparação das Demonstrações e Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis do IFBA Campus Valença são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001, da Lei Complementar nº 101/2000, além do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI. Abrangem, também, de forma subsidiária, as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as demonstrações contábeis têm como objetivos fornecer aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira e patrimonial da entidade, bem como apresentar o resultado da atuação da administração na gestão dos recursos econômicos, financeiros e patrimonial sobre sua responsabilidade.

As demonstrações contábeis foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e são compostas por:

I. Balanço Patrimonial (BP);
II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
III. Balanço Orçamentário (BO);
IV. Balanço Financeiro (BF);
V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).
VI. Notas Explicativas[1]

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

[1]São informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP. Consideradas partes integrantes das demonstrações contábeis NBC TSP 11.

4.2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento (MTO), elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento.

A Lei Orçamentária Anual – LOA dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende o orçamento fiscal e orçamento da Seguridade Social.

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Instituto Federal da Bahia – Campus Valença, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

4.2.1 Moeda Funcional

A moeda funcional da União é o Real.

4.2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem limite de saque com vinculação de pagamento na conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

4.2.3 Estoques

Compreende o almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. Com a implantação do SIADS, foi adotado o custo médio ponderado para mensuração e avaliação das saídas dos estoques. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, conforme orienta o MCASP.

4.2.4 VPD's Pagas Antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo. A base de mensuração é o custo histórico.

4.2.5 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o

reconhecimento inicial, fica sujeito à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como Variações Patrimoniais Diminutivas do período.

4.2.5.1 Depreciação de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês seja relevante, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

4.2.5.2 Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

4.2.6 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta

de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas de valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

4.2.7 Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBC TSP, o MCASP e a Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN/MF e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014.

4.2.8 Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartição a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

4.2.9 Apuração do Resultado

No modelo do PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial;

II. Orçamentário; e

III. Financeiro.

4.2.9.1 Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

4.2.9.2 Resultado orçamentário

O regime orçamentário segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

4.2.9.3 Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial, previsto no art. 105 da Lei 4.320/64, evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas que representam o patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle), como as contas de obrigações contratuais (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 11ª Edição, 2024).

Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante. As contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade. As contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

As notas explicativas foram elaboradas em consonância com as orientações e os relatórios/consultas criadas e disponibilizadas no Tesouro Gerencial (TG) e SIAFI.

5.1 Ativo Circulante

O Ativo Circulante, conforme apresentado na Tabela 1 (Balanço Patrimonial), compreende as disponibilidades, os estoques e os demais créditos realizáveis no curto prazo. No período analisado, observa-se um aumento no saldo total, passando de R$ 448.136,64 em 2025 para R$ 508.758,96 em 2026, com variação (13,53%) influenciada, principalmente, pelas alterações na composição dos ativos de curto prazo.

Destaca-se o aumento das disponibilidades em caixa, que passaram de R$ 361.754,17 para R$ 444.548,66 (22,89%), indicando reforço na liquidez imediata da Unidade Gestora. Em contrapartida, verifica-se redução nos estoques, que passaram de R$ 78.958,42 para R$ 58.810,98 (-25,52%), bem como nas despesas antecipadas, que reduziram de R$ 7.424,05 para R$ 5.399,32.

Dessa forma, a variação observada reflete uma recomposição dos ativos circulantes, com maior concentração em disponibilidades financeiras e redução dos valores vinculados à manutenção operacional e antecipações.

Nota 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, conforme evidenciado na Tabela 1, compreende os recursos financeiros disponíveis em conta única do Tesouro Nacional, destinados ao pagamento das obrigações de curto prazo da Unidade Gestora.

No período analisado, observa-se variação no saldo das disponibilidades financeiras, com aumento de aproximadamente 22,88% em relação ao exercício anterior, refletindo a dinâmica de execução orçamentária e financeira, bem como os procedimentos de encerramento de exercício, nos quais eventuais saldos não utilizados são devolvidos à Unidade Gestora responsável pela centralização dos recursos (UG 158145 – Reitoria).

Figura 1 - Crédito de curto prazo – Composição



Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

Ressalta-se que os valores registrados em caixa ao final do período correspondem, em sua essência, a recursos vinculados ao pagamento de despesas já liquidadas, mas ainda não quitadas até o encerramento do mês, caracterizando obrigações de curto prazo com disponibilidade financeira correspondente.

Adicionalmente, o subgrupo **Caixa e Equivalentes de Caixa – Garantias**, também apresentado na Tabela 1, refere-se aos valores retidos nos pagamentos de

contratos continuados, destinados à cobertura de obrigações trabalhistas das empresas contratadas, tais como férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias.

Tais retenções são realizadas em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Instrução Normativa nº 5/2017 e a Instrução Normativa nº 6/2013, sendo depositadas em contas vinculadas específicas e movimentadas de acordo com o cumprimento das obrigações pelas contratadas.

Quadro 2 – Contratos Continuados Serviços Terceirizados - Campus Valença

Empresa	Processo SEI	N° do Contrato	Vigência
Renovar (Manutenção Predial)	23280.002433/2024-81	13/2021	07/07/2025 a 07/07/2026
MAP (Segurança)	23280.000220/2023-34	02/2020	07/12/2025 a 07/06/2026
SERV MAIS Serviços (Motorista)	23280.002433/2024-81	13/2024	14/10/2025 a 14/10/2026
PLANSUL (Administrativo)	23280.002646/2023-22	22/2023	03/12/2025 a 02/10/2026
Prisma Consultoria Ambiental (Limpeza e Conservação)	23280.000234/2023-58	04/2022	21/01/2026 a 21/01/2027

Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

O montante dessas retenções, representa recursos com destinação vinculada, não se configurando como disponibilidade financeira livre da Unidade Gestora e pode ser observado no Quadro 2.

Nota 02 – Estoques

O grupo Estoques, conforme evidenciado na Tabela 1, apresentou redução de aproximadamente 25,52% em relação ao exercício anterior, passando de R$ 78.958,42 em 2025 para R$ 58.810,98 em 2026.

Tal variação decorre, principalmente, do consumo regular dos materiais estocados pelos diversos setores da instituição, não havendo indicativo de descontinuidade operacional. As reposições de estoque permanecem sendo realizadas de forma planejada, conforme a demanda institucional.

Figura 2 - Estoques



Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

Os materiais estocados, registrados pelo custo de aquisição, encontram-se devidamente evidenciados nos Relatórios de Movimentação de Almoxarifado (RMA), disponíveis no processo SEI nº 23280.000054/2025-38. As novas compras estão planejadas conforme demanda do DAP.VAL.

Nota 03 – VPDs Pagas Antecipadamente

O grupo VPDs Pagas Antecipadamente, conforme apresentado na Tabela 1 (Balanço Patrimonial), registrou redução de aproximadamente 27,27%, passando de R$ 7.424,05 em 2025 para R$ 5.399,32 em 2026. O saldo refere-se, principalmente, ao pagamento antecipado de despesas com seguro de veículos, cuja apropriação ocorre ao longo do período de cobertura contratual, em conformidade com o regime de competência.

O contrato foi renovado em novembro de 2024, sendo o saldo remanescente apropriado até o vencimento previsto para novembro de 2025, conforme registrado no processo SEI nº 23280.000280/2023-57.

5.2 Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante representa o grupo de contas contábeis que registra os bens e direitos não realizáveis em curto prazo, a exemplo de itens classificados como investimento, imobilizado e intangível, que, por natureza, possuem menor grau de conversibilidade.

Conforme apresentado na Tabela 1, esse grupo corresponde à principal parcela do patrimônio da Unidade Gestora, representando 95,05% do Ativo Total em 2026, com saldo de R$ 9.769.643,69.

Nota 04 - Imobilizado

No que se refere ao ativo imobilizado, em relação ao exercício anterior, observa-se redução de aproximadamente 23,18%, quando o saldo registrado foi de R$ 12.718.285,23, variação influenciada, principalmente, pelos ajustes realizados nas contas patrimoniais deste subgrupo.

No âmbito do imobilizado, observa-se redução relevante nos bens móveis, com variação de aproximadamente 49,04%, enquanto os bens imóveis apresentaram estabilidade, com variação próxima de zero (-0,04%).

Destaca-se, ainda, o comportamento das contas redutoras, especialmente a Depreciação, Amortização e Exaustão Acumulada, que apresentou variação significativa. Esse evento decorre de uma atualização sistêmica dos registros patrimoniais no período, com impacto direto na redução do saldo líquido do ativo. A contrapartida, naturalmente foi um ajuste no Patrimônio Líquido.

Dessa forma, a variação observada no Ativo Não Circulante decorre, majoritariamente, de ajustes de natureza contábil, e não de redução física dos bens, evidenciando reavaliação e/ou reconhecimento mais adequado da perda de valor dos ativos ao longo do tempo.

Essa variação decorre das depreciações realizadas via SIADS dos bens móveis, com uma variação de 23,88 por cento. As cotas de depreciação realizadas no trimestre para os bens imóveis correspondem a uma variação de 6,73 por cento quando comparado ao final do exercício anterior.

Figura 3 – Imobilizado – Composição



Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

Observa-se a necessidade de aprimorar o controle dos bens móveis e realizar levantamentos periódicos, devido a existência de divergências na conciliação dos

saldos apresentados pelo setor de patrimônio do Campus com os registrados e evidenciados nas DCs da unidade já evidenciada no final do exercício de 2025.

Conforme já demonstrado nas NEs publicadas no final do exercício de 2025. O IFBA Campus Valença tem registros de saldos alongados na conta “obras em andamento”, os registros contidos nesta rubrica, necessitam de análise da equipe técnica visando a emissão do termo de conclusão das obras para o correto registro do bem segundo a sua espécie no SIAFI.

Os valores contabilizados nesta rubrica ainda não tiveram seus saldos registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) por falta do termo de conclusão das obras e realização de reavaliação conforme determina a IN 67/2022; Portaria STN/SPU 10/2023 e a Macrofunção 020344. As informações sobre a necessidade de atendimento aos normativos supracitados vem sendo informado a gestão de forma reiterada nos registros das conformidades contábeis ao longo dos fechamentos mensais, bem como, enviados aos demais departamentos via processo SEI número 23280.000144/2021-03, para que seja possível tomar as devidas providências.

Nota 05 - Intangível

No período analisado, o IFBA Campus Valença não apresenta saldo registrado no grupo Intangível, em razão da baixa dos ativos anteriormente classificados nessa natureza. Ressalta-se que os registros anteriores foram objeto de análise e regularização, não havendo, até o presente momento, elementos que atendam aos critérios de reconhecimento como ativo intangível, especialmente no que se refere à identificabilidade, controle e geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, conforme estabelecido nas normas aplicáveis ao setor público. Dessa forma, o subgrupo permanece sem movimentação no exercício de 2026, até que eventuais ativos que atendam aos requisitos normativos sejam devidamente identificados e reconhecidos.

5.3 Passivo

Nota 06 – Passivo Circulante

O Passivo, conforme apresentado na Tabela 1, representa as obrigações assumidas pela Unidade Gestora perante terceiros, sendo composto, integralmente, por exigibilidades de curto prazo.

Em 2026, o Passivo Circulante totalizou R$ 435.043,53, representando 4,23% do total do Passivo e Patrimônio Líquido, com aumento de aproximadamente 20,26% em relação ao exercício anterior, quando o saldo registrado foi de R$ 361.754,17.

A composição do passivo concentra-se, majoritariamente, no grupo Demais Obrigações a Curto Prazo, que apresentou saldo de R$ 426.414,30, com crescimento de aproximadamente 17,87%, refletindo, principalmente, obrigações decorrentes da execução orçamentária e financeira do período.

Tabela 6 – Passivo de Curto Prazo

PASSIVO	2026	AV	2025	AV	AH
PASSIVO CIRCULANTE	**435.043,53**	**4,23%**	**361.754,17**	**2,75%**	**20,26%**
Fornecedores e Contas a Pagar	8.629,23	0,08%	-	0,00%	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	426.414,30	4,15%	361.754,17	2,75%	17,87%

Fonte: SIAFI (2025, 2026)

O grupo Fornecedores e Contas a Pagar, por sua vez, apresentou saldo de R$ 8.629,23, representando parcela pouco significativa do total, indicando baixo volume de obrigações diretamente relacionadas a fornecedores ao final do período.

Dessa forma, o comportamento do passivo no período está diretamente associado à dinâmica da execução orçamentária, não havendo indícios de comprometimento estrutural de longo prazo, mas sim variações típicas da gestão financeira de curto prazo.

5.4 Patrimônio Líquido

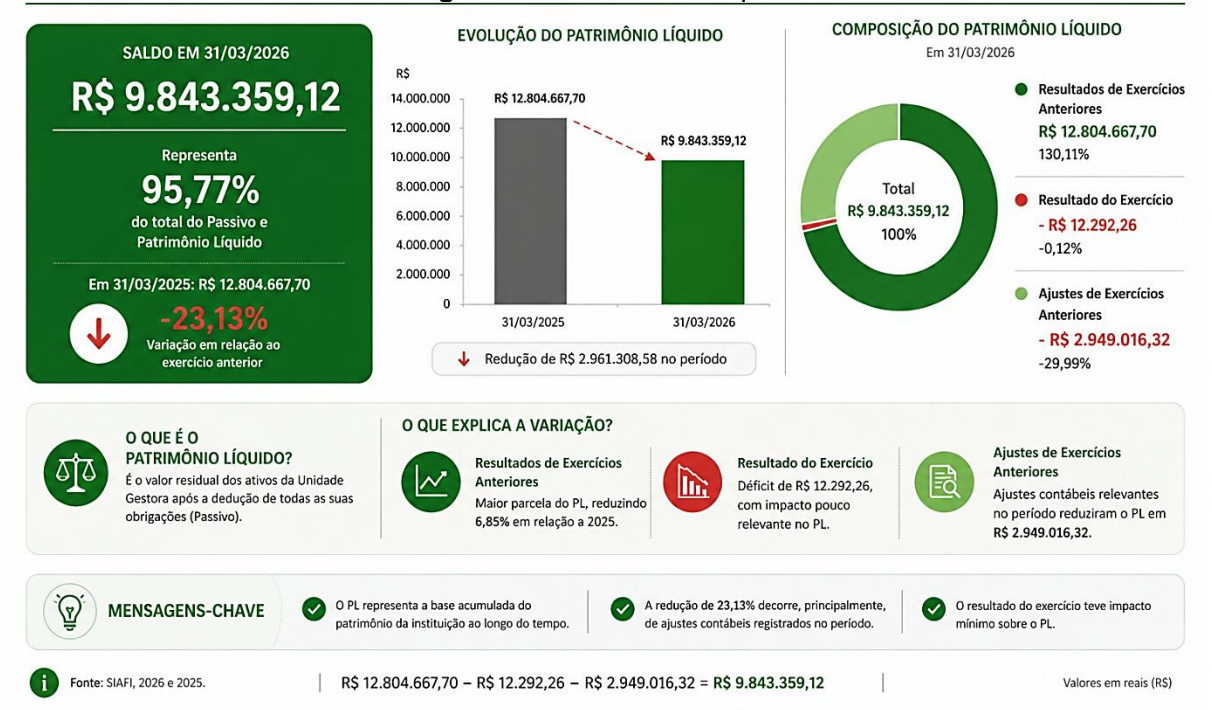
Nota 07 – PL

O Patrimônio Líquido representa a diferença entre o Ativo e o Passivo da Unidade Gestora, refletindo o resultado acumulado de exercícios anteriores e as variações patrimoniais ocorridas no período.

Em 2026, o Patrimônio Líquido totalizou R$ 9.843.359,12, correspondendo a 95,77% do total do Passivo e Patrimônio Líquido, apresentando redução de aproximadamente 23,13% em relação ao exercício anterior, quando o saldo registrado foi de R$ 12.804.667,70.

Essa variação é explicada, principalmente, pelo comportamento das contas de resultado, com destaque para o Resultado do Exercício, que apresentou saldo negativo de R$ 12.292,26, e pelos Resultados de Exercícios Anteriores, que registraram redução de aproximadamente 6,85%.

Figura 4 – Patrimônio Líquido



Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

Adicionalmente, observa-se impacto relevante na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, cujo saldo negativo de R$ 2.949.016,32 evidencia o reconhecimento de ajustes contábeis no período, contribuindo diretamente para a redução do Patrimônio Líquido. Esse ajuste se deve ao reconhecimento tardio de saldo Depreciação de Exercícios Anteriores.

Dessa forma, a variação observada no Patrimônio Líquido não decorre exclusivamente do resultado do exercício corrente, mas, sobretudo, de ajustes contábeis registrados no período, com destaque para aqueles relacionados à reavaliação e atualização dos ativos patrimoniais.

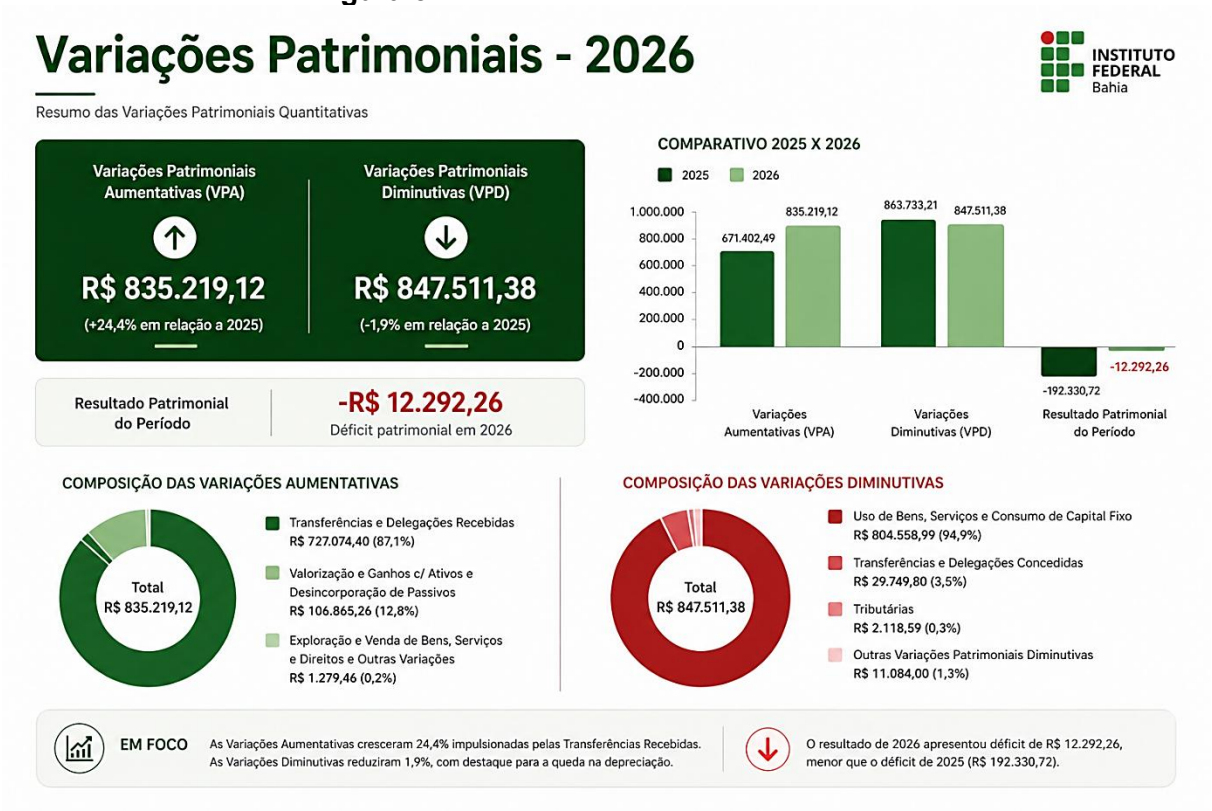
5.5 Resultado Patrimonial

Nota 08 – Resultado Patrimonial

Previsto no Art. 104 da Lei 4.320/64, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). O Resultado Patrimonial apurado em 31/03/2026 apresenta uma situação de déficit, mesma situação apresentada no primeiro semestre do exercício anterior, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Figura 5 – Resultado Patrimonial do Período



Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

As Variações Patrimoniais Quantitativas, conforme demonstrado na Figura 6, evidenciam o comportamento das receitas e despesas sob o enfoque patrimonial, refletindo os fatos que impactaram o resultado da Unidade Gestora no período.

Em 2026, as Variações Patrimoniais Aumentativas totalizaram R$ 835.219,12, apresentando crescimento de aproximadamente 24,4% em relação a 2025. Esse

aumento é explicado, principalmente, pelas Transferências e Delegações Recebidas, que somaram R$ 727.074,40, representando a principal fonte de incremento patrimonial no período.

Destacam-se, ainda, as variações relacionadas à Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos, no montante de R$ 106.865,26, evidenciando efeitos positivos decorrentes de ajustes patrimoniais.

Por outro lado, as Variações Patrimoniais Diminutivas totalizaram R$ 847.511,38, apresentando leve redução de aproximadamente 1,9% em relação ao exercício anterior. O principal componente desse grupo é o Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, que somou R$ 804.558,99, refletindo os custos operacionais necessários à manutenção das atividades institucionais.

Ressalta-se que, dentro desse grupo, houve redução significativa nas despesas com depreciação, amortização e exaustão, que passaram de R$ 184.340,90 em 2025 para R$ 23.765,94 em 2026, indicando alteração relevante no reconhecimento dessas despesas no período. Esses valores estão relacionados aos processos de atualizações do SIADS que geram maior controle do uso dos bens, serviços e consumo de capital fixo.

Como resultado, o exercício de 2026 apresentou déficit patrimonial de R$ 12.292,26, significativamente inferior ao registrado em 2025, evidenciando melhora no equilíbrio entre as variações aumentativas e diminutivas. Dessa forma, o resultado patrimonial do período reflete, principalmente, o aumento das transferências recebidas e a redução das despesas relacionadas à depreciação, contribuindo para a diminuição do déficit observado em relação ao exercício anterior.

5.6 Resultado Orçamentário

Em 12/02/2026, foi publicado o Decreto nº 12.846, que estabeleceu a programação orçamentária e financeira dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo Federal para o exercício de 2026. O referido normativo definiu os limites de movimentação e empenho para as despesas discricionárias do Ministério da Educação e de suas unidades vinculadas, conforme detalhamento constante em seus anexos, condicionando a execução orçamentária ao cronograma financeiro estabelecido.

O resultado orçamentário se constitui a partir da confrontação entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

No que se refere à receita orçamentária, a estrutura do balanço orçamentário indica as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. No entanto, o balanço orçamentário não apresenta saldo de receita realizada em virtude do IFBA Campus Valença não ser agente arrecadador, o que resulta na apuração de um resultado orçamentário deficitário, conforme Tabela 3.

Nota 09 – Despesas Orçamentárias

A apuração das despesas orçamentárias do IFBA Campus Valença é financiada por repasses oriundos de recursos do Governo Federal. O confronto entre a dotação orçamentária e a despesa executada até 31/03/2026 encontra-se na Tabela 3.

Tabela 7 – Despesas Orçamentárias

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo Da Dotação
DESPESAS CORRENTES			**802.114,41**	**437.452,50**	**386.408,33**	**-802.114,41**
Outras Despesas Correntes			802.114,41	437.452,50	386.408,33	-802.114,41
DESPESAS DE CAPITAL			**400.000,00**			**-400.000,00**
Investimentos			400.000,00			-400.000,00

Fonte: SIAFI (2025, 2026).

Ressalta-se que, conforme evidenciado na Tabela 3, não há registro de dotação inicial diretamente consignada para a Unidade Gestora no período analisado, sendo a execução orçamentária realizada por meio de descentralizações de crédito ao longo do exercício. Nesse contexto, os valores empenhados, liquidados e pagos refletem os créditos efetivamente disponibilizados à Unidade, de acordo com a programação orçamentária e financeira definida pelo órgão superior.

Adicionalmente, observa-se que os repasses vêm sendo realizados de forma gradual ao longo do exercício, impactando o ritmo de execução das despesas, especialmente no início do período. Por consequência, no exercício de 2026 até o encerramento do primeiro trimestre, o Campus Valença havia recebido 3/12 avos do orçamento autorizado para o exercício conforme a Tabela 7.

Nota 10 – Restos a Pagar

O Departamento de Administração em conjunto com o Departamento de Contabilidade, Orçamento e Finanças realiza análises para regularizações e/ou cancelamentos de saldos existentes nas contas de Restos a Pagar.

A manutenção de empenhos inscritos na conta de RPNP deve estar respaldada pela legislação vigente, desde que a execução da despesa tenha sido iniciada, caso contrário, os empenhos devem ser cancelados, conforme Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

Tabela 8 – Movimentação dos Restos a Pagar Processados e não Processados

RP	Inscritas em Exerc. Anteriores	Inscritas em 31/12/2024	Pagos em 2025	Inscritas em 31/12/2025	Pagos em 2026
Não Processadas	150.453,71	818.419,44	775.373,97	1.370.673,13	347.014,16
Processadas		65.803,03	65.803,03	61.583,09	61.583,09
Total Geral	150.453,71	884.222,47	841.177,00	1.432.256,22	408.597,25

Fonte: SIAFI (2025, 2026)

Conforme apresentado na Tabela 8, o Campus Valença apresentou movimentação relevante de Restos a Pagar no período analisado, com destaque para os Restos a Pagar Não Processados, que totalizaram R$ 1.370.673,13 em novas inscrições ao final de 2025, dos quais aproximadamente 25,32% foram pagos até o 1º trimestre de 2026, no montante de R$ 347.014,16.

Com o intuito de aperfeiçoar a gestão das obrigações inscritas em Restos a Pagar, a gestão tem envidado esforços quanto à análise da vigência / manutenção de saldo nas contas de Restos a Pagar, de forma a evitar a reinscrição sucessiva e desnecessária de empenhos, sem que a execução da despesa (obra / serviços / aquisições) tenha sido iniciada.

5.7 Resultado Financeiro

De acordo com o Artigo 103 da Lei nº 4.320/1964, o *Balanço Financeiro – BF* evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Nota 11 – Ingressos e Dispêndios Financeiros

Os ingressos financeiros do IFBA Campus Valença são compostos pelas "Transferências Financeiras Recebidas" e "Recebimentos Extraorçamentários", ingressos originados de repasses da União conforme demonstrado na tabela a seguir.

Figura 6 – Ingressos



Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

Em 31/03/2026, observa-se que as Transferências Financeiras Recebidas, conforme evidenciado na Figura 6, apresentaram aumento de aproximadamente 18,71% em relação ao mesmo período do exercício anterior, passando de R$ 590.061,43 em 2025 para R$ 700.491,38 em 2026. Tal variação está associada à dinâmica de descentralização de recursos ao longo do exercício, especialmente no que se refere aos repasses destinados ao pagamento de despesas orçamentárias e à execução de restos a pagar, os quais não ocorrem de forma linear entre os períodos analisados.

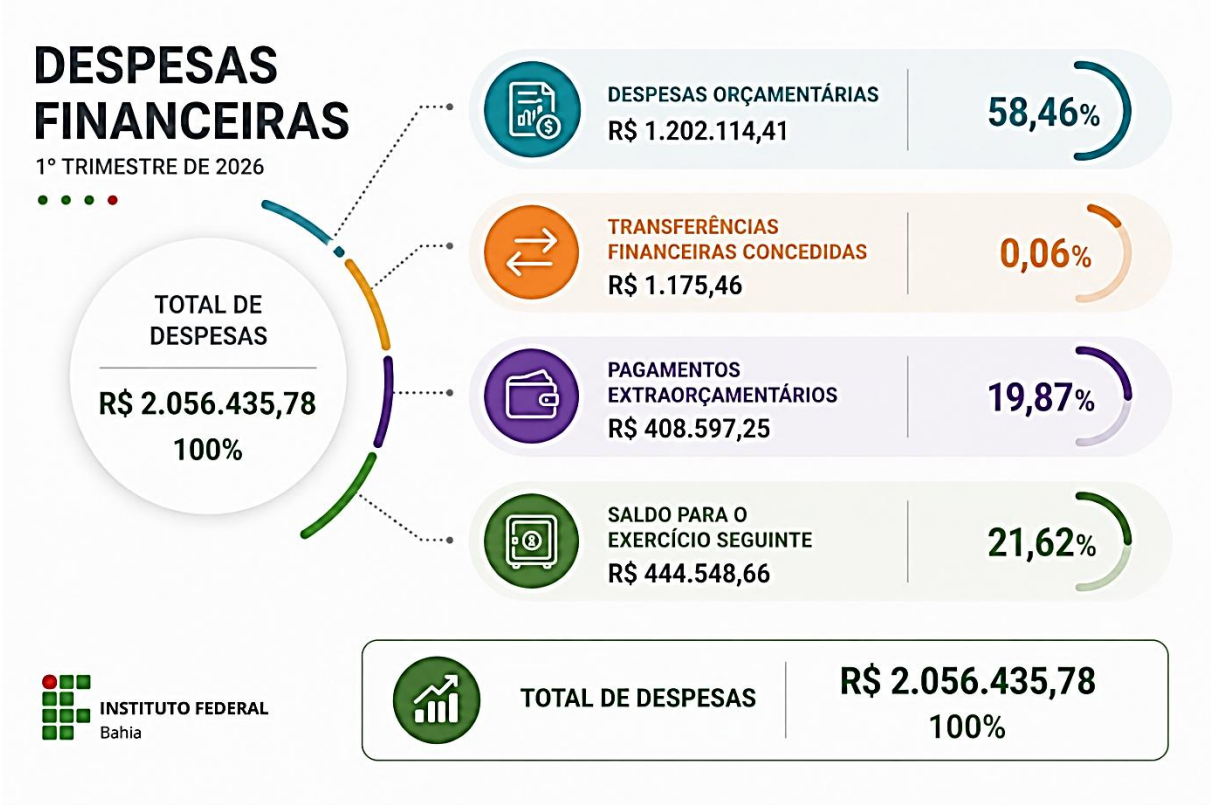
Por outro lado, os Recebimentos Extraorçamentários apresentaram crescimento expressivo de aproximadamente 48,38%, passando de R$ 670.037,08 em 2025 para R$ 994.190,23 em 2026, refletindo maior movimentação de ingressos

vinculados, especialmente relacionados à inscrição de restos a pagar e demais registros de natureza transitória.

Dessa forma, verifica-se alteração na composição dos ingressos financeiros no período, com redução relativa das transferências financeiras e aumento da participação dos recebimentos extraorçamentários, evidenciando a influência da execução orçamentária e financeira sobre a formação dos saldos disponíveis.

Os dispêndios, por sua vez, são constituídos, essencialmente, pelas despesas orçamentárias. Com relação aos dispêndios, o IFBA Campus Valença apresentou um aumento de 24,30% em relação ao mesmo período do exercício anterior. Ressalta-se que o montante se refere às Despesas Orçamentárias, que representam 60,17% do total do de limite orçamentário disponibilizado até o final do primeiro trimestre de 2026.

Figura 7 – Dispêndios



Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

Já os pagamentos extraorçamentários tiveram uma redução de 1,70% comparado ao último trimestre de 2025, representando 19,87% dos dispêndios do período. Essas despesas não são consignadas na LOA, ou seja, sua execução independe de autorização legislativa para execução no exercício de 2026.

5.8 Fluxos de Caixa

Nota 12 – DFC

Conforme orientação técnica NBC TSP 12 e do MCASP (manual de contabilidade aplicado ao setor público), o método utilizado para a elaboração da DFC é o direto, pois ele demonstra as principais classes de recebimentos e pagamentos brutos. Essas informações permitem aos usuários avaliar como a entidade obteve os recursos e como foram utilizados no financiamento das suas atividades.

O IFBA Campus Valença, por ser uma Autarquia Federal, tem praticamente todas as suas atividades operacionais e de investimento financiadas por recursos federais provenientes do Ministério da Educação, conforme tabela apresentada abaixo.

Tabela 9 – DFC Sintética

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	2026	2025	AH
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	111.995,62	94.216,35	18,87%
Ingressos Operacionais	878.975,53	751.783,97	16,92%
Desembolsos Operacionais	-766.979,91	-657.567,62	16,64%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-29.201,13	-438,00	6.566,92%
Ingressos de Investimento			
Desembolsos de Investimento	-29.201,13	-438,00	6.566,92%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos de Financiamento			
Desembolsos de Financiamento			
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	82.794,49	93.778,35	-11,71%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	361.754,17	87.586,70	313,02%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	444.548,66	181.365,05	145,11%

Fonte: SIAFI (2025, 2026)

No primeiro trimestre do exercício de 2026 os ingressos operacionais tiveram um aumento de 18,87% em relação ao mesmo período do exercício anterior. As atividades de investimento apresentaram fluxo negativo de R$ 29.201,13, com variação expressiva em relação a 2025, decorrente da ampliação dos desembolsos no período. Não houve movimentação nas atividades de financiamento.

Como resultado, a geração líquida de caixa foi de R$ 82.794,49, apresentando redução de aproximadamente 11,71% em relação ao exercício anterior. Ressalta-se que a rubrica caixa e equivalente de caixa final representam recursos financeiros disponíveis para pagamento das despesas liquidadas ou em fase de liquidação até o dia 31/03/2026.

6 RESTRIÇÕES

A Macrofunção do Manual Siafi que trata da Conformidade Contábil, 02.03.15, estabelece que as demonstrações contábeis - DCONs e as notas explicativas trimestrais devem compor o “Relatório Contábil”. Ademais, visando atender essa e outras normas relacionadas ao patrimônio da entidade pública, foram identificadas algumas inconformidades que precisam ser observadas e sanadas pela gestão do Campus Valença.

As principais restrições apuradas no primeiro trimestre de 2026 nos demonstrativos contábeis do Campus Valença são:

Quadro 3 – Principais Restrições Apuradas

Código:
315 - FALTA/RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO;
538 - SALDOS DE IMÓVEIS ESP. NÃO CONF. C/ SPIUNET;
640 - SALDO CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB;
641 - BENS IMÓV.NÃO CLASSIF.COMO USO ESPECIAL, e
642 - FALTA/REG. INCOMP. DEPREC, AMORT, EX.-AT.IMOB.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

Todos os registros são do conhecimento da gestão, inclusive com a abertura de alguns processos no SEI que tem como objetivo viabilizar a resolução dos problemas apontados nas restrições aplicadas ao Campus. No que diz respeito ao código 315, a gestão está em constante acompanhamento, alguns eventos impossibilitaram a realização de conformidades pontuais ao longo do primeiro trimestre de 2026.

Os demais registros, estão relacionados ao controle e gerenciamento dos bens móveis e imóveis. A gestão vem em conjunto com a Reitoria, avaliando qual a melhor forma de sanar os problemas apontados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]**.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2026.

BRASIL. Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986. **Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, [1986]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d93872.htm. Acesso em: 11 jan. 2026.

BRASIL. Decreto nº 12.846, de 12 de fevereiro de 2026. **Dispõe sobre a execução orçamentária dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo Federal**. Diário Oficial da União: Edição extra, Brasília, DF, 12 fev. 2026. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2026/decreto-12846-12-fevereiro-2026-798712-publicacaooriginal-178094-pe.html. Acesso em: 19 abr. 2026.

BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. **Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, [1967]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 15 jan. 2026.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 14 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. Brasília, DF: Presidência da República, [1964]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 14 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Federal da Bahia**. Disponível em: https://portal.ifba.edu.br/acessoainformacao/institucional. Acesso em: 29 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Federal da Bahia, Campus Valença** Disponível em: https://portal.ifba.edu.br/valenca. Acesso em: 28 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. Sistema **Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI**. Disponível em: https://hod.serpro.gov.br/a83016cv/. Acesso em: 15 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).** 9ª Edição. Disponível em: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26. Acesso em: 10 jan. 2026.

IFBA. Instituto Federal da Bahia. **Organograma IFBA Campus Valença**. Portaria nº 60-DG de 02 de setembro de 2019. Disponível em: https://portal.ifba.edu.br/valenca/menu-institucional/organograma-1. Acesso em: 24 jan. 2026.